

## **ACTA N.º 7**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 26 de Setembro de 2006.**

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Inês da Nóbrega Pimenta D'Aguiar, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Carlos Alberto das Neves Cotrim e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira.

A Presidente da mesa deu início à sessão colocando à votação a Acta nº 6, da sessão ordinária, de 22 de Junho de 2006, depois de sugeridas várias alterações, a votação da mesma foi suspensa até à próxima sessão da Assembleia Municipal. Esta proposta (de suspensão da votação da acta), foi aprovada por maioria com 3 abstenções.

O membro José Miguel Carvalho sugeriu que quem pretender fazer correcções às actas, as apresente por escrito.

A Presidente da Mesa propôs que, uma vez que as actas são recebidas 8 dias antes das sessões, em caso de dúvida peçam para ouvir a gravação e tragam as alterações por escrito.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Presidente da Mesa deu informações sobre um documento emanado da ANMP, sobre a Lei das Finanças Locais e sobre o XVI Congresso – Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Intervenção do membro Carlos Cotrim, pela bancada do PSD, sobre um espaço, que está a ser utilizado como estacionamento, junto à Igreja.(anexo)

Intervenção da membro Vitória Brito que pediu esclarecimentos sobre a dívida à Planotejo e a abertura da nova Biblioteca.

Intervenção da membro Anabela Costa que leu uma saudação aos Bombeiros (anexo). Colocou ainda duas questões, a primeira sobre o valor das obras na Rua Ricardo Durão. De seguida perguntou se a AgroAlpiarça vendeu ou pretende vender património e que medidas estão a ser tomadas sobre a sua situação financeira actual.

O membro João Osório fez uma apresentação – vídeo sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, realçando que segundo a CDU a situação da capacidade de endividamento da Câmara já foi ultrapassada, o que pode condicionar o desenvolvimento futuro do Concelho.

A membro Regina Ferreira, em nome da bancada do PS, apresentou um voto de congratulação à Câmara e à Junta de Freguesia, pelo trabalho desenvolvido nas Escolas.

A membro Leonor Tendeiro, em nome da bancada do PS, apresentou um voto de congratulação ao Município, sobre a Alpiagra – Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça.

Intervenção do membro João de Brito sobre as condições de trabalho dos membros da Assembleia.

Pedi também que lhe fosse facultado o valor das verbas gastas com a vinda de dois artistas (Toni Carreira e Floribela) à Alpiagra.

A Presidente da Mesa respondeu à questão das condições de trabalho, dizendo que enviou um ofício ao Senhor Presidente da Câmara a solicitar mobiliário e que o mesmo teve resposta favorável, no entanto ainda não houve oportunidade para ir comprar, mas no próximo mês pensa poder tratar do assunto.

Intervenção do membro Pedro Gaspar sobre as várias propostas apresentadas pelas bancadas.

Quanto à proposta do membro Cotrim, não concorda nem discorda, no entanto informa que a visão do lado esquerdo fica muito prejudicada.

Em relação à saudação aos Bombeiros apresentada pela membro Anabela Costa, diz que concorda pois a actividade dos bombeiros é muito

digna, mas não lhe parece que se a CDU estivesse no poder a situação estivesse melhor.

Intervenção da membro Inês Aguiar sobre o facto do tribunal de contas ter recusado o visto de trabalhos a mais e erros e omissões, da reconversão do Centro Cívico.

Congratulou-se com as obras no Mercado Municipal.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho sobre um artigo publicado na última edição do Jornal “Voz de Alpiarça”, subscrito pela Presidente da mesa, enquanto encarregada de educação, discordando que advogue como positiva a saída de Alpiarça por existirem eventuais problemas.

Intervenção do membro Celestino Brasileiro agradecendo à presidente da mesa a prontidão na entrega de documentos solicitados pela bancada da CDU e sugeriu que, na próxima sessão da Assembleia Municipal estivesse presente o Senhor Presidente da CPCJ, para que pudesse esclarecer os membros da Assembleia sobre o relatório da CPCJ/2005.

O membro Celestino Brasileiro leu ainda um documento, emanado pela Deputada Luisa Mesquita, sobre o encerramento de Escolas Primárias. Sobre este problema, perguntou se no nosso Concelho há alguma escola em risco de encerramento.

O referido membro apresentou, em nome da bancada da CDU, um Voto de Pesar a Ricardo Gargalo.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, associando-se à saudação apresentada aos Bombeiros, realçando que este ano o combate aos incêndios foi mais eficaz e que houve menos área ardida.

A Presidente da Mesa esclareceu o membro Celestino Brasileiro, explicando que na sequência do ofício da CPCJ, enviou também um ofício à referida comissão e reuniu com o Presidente da mesma, que ficou de lhe fazer chegar por escrito alguns esclarecimentos.

O membro João Osório interveio para falar sobre o pagamento aos Bombeiros, disse que o último trimestre de 2005 não foi pago. E referiu que o grupo especial que está nos Bombeiros, durante 3 meses ao serviço 24 horas, tinha subsídio de alimentação, com carácter de excepção, mas deixou de ter, dando-lhes a Autarquia a possibilidade de utilizarem o refeitório da Câmara. À bancada da CDU esta situação não lhe parece viável.

Solicitou verbalmente o relatório da IGAT.

A Presidente da Mesa deu a palavra aos membros do Executivo para responderem às questões colocadas.

Intervenção da Senhora Vereadora, Vanda Nunes, sobre a abertura da nova biblioteca, respondendo à membro Vitória Brito. Explicou que houve atrasos relativamente aos concursos do mobiliário e informática e, também na contratação de um técnico superior, sem o qual não poderão abrir. Estão a fazer esforços para que tudo se resolva entre Dezembro de 2006 e Janeiro de 2007. Realçou no entanto que o projecto Alpbase permite a consulta de livros online e que o centro de recursos da EB1 também já está concluído.

Em resposta ao membro João de Brito, explicou que a organização da Alpiagra, no que respeita à contratação de espectáculos tem limites orçamentais, que tem que gerir da melhor forma. Em face de uma gestão criteriosa e com muita imaginação, conseguiu-se cumprir os limites programados para esta Alpiagra, os espectáculos custaram no seu todo cerca de 62 mil euros, sendo que o limite orçamental era de 75 mil euros. As contratações são feitas em “pacote”, logo não há valor singular para cada um dos artistas. Informou que as receitas ultrapassaram os 50 mil euros. Referiu ainda, que o boato de que o Toni Carreira não viria actuar na Feira ultrapassou os limites da terra.

Sobre o encerramento das escolas, respondendo ao membro Celestino Brasileiro, a Vereadora informou que em reunião com o Director Regional e seu Adjunto, no ano passado, foi-lhe prometido que pelo menos nos próximos dois anos a escola do Frade de Cima irá manter-se. Os senhores foram convidados para vir ao local e foi-lhes explicado, nessa reunião, que o lugar do Frade de Cima está em crescente desenvolvimento, em termos de procura habitacional. A abertura do Jardim de Infância, no Frade de Cima, vai de certo contribuir para a continuidade da Escola Primária.

Intervenção de Vereador Ferreirinha que respondeu à membro Anabela Costa, explicando que a actual direcção da AgroAlpiarça, que tomou posse em Janeiro deste ano, prosseguiu com a mesma metodologia da anterior direcção.

O primeiro passo foi renegociar a dívida de curto prazo para médio prazo, ou seja para 10 anos.

Seguidamente foi aprovada a permuta com a Câmara, de uma propriedade com cerca de 5 hécatares, que iria possibilitar a alienação de uma propriedade de 20 hécatares (15 ha da AgroAlpiarça e 5 ha da Câmara Municipal de Alpiarça, que se iriam anexar). Informou que, uma vez que existe uma hipoteca, terá que haver uma certidão de destrata.

Sobre a questão levantada pela membro Inês Aguiar, o Vereador Ferreirinha informou que em relação ao contrato adicional o visto foi recusado pelo tribunal de contas e, que neste momento os nossos serviços jurídicos estão a ponderar o que deve ser feito.

Ainda sobre este assunto a membro Inês Aguiar perguntou se os trabalhos foram todos realizados, medidos e pagos.

O senhor Vereador respondeu que os trabalhos foram todos realizados, mas não pagos, uma vez que os mesmos só podem ser liquidados depois de visados pelo Tribunal de Contas.

Em resposta à membro Vitória Brito o Senhor Presidente respondeu que no que diz respeito à dívida da Planotejo, nada se alterou relativamente à última Assembleia Municipal.

Sobre a Obra da Rua Ricardo Durão, questão colocada pela membro Anabela Costa, informou que se irá apurar os valores e que os mesmos serão apresentados, logo que possível.

O Senhor Presidente da Câmara, na sequência da questão colocada pelo membro João Osório no que diz respeito ao relatório da IGAT, leu um documento onde citou a decisão do Tribunal de Almeirim de arquivamento sobre supostas ilegalidades por ele cometidas e pelo anterior executivo. (apenso à acta).

Segui-se um intervalo de cinco minutos.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Vereador Mário Pereira, que respondeu em defesa da honra do Partido Comunista Português, por ter sido cabeça de lista nas últimas eleições autárquicas pela CDU. Referiu que o Senhor Presidente, em relação à última campanha eleitoral, falou em difamações abjectas e actos cobardes, gostava que ficasse claro a quem é que o Senhor Presidente se está a referir, pois considera que da parte da CDU não houve, durante toda a campanha, qualquer ataque cobarde.

Relativamente à Inspeção da IGAT disse que a bancada da CDU coloca as questões que acha pertinentes. Lembrou que o PCP tem uma história longa e teve um papel fundamental na democracia e no poder local democrático.

Terminou perguntando ao senhor Presidente da Câmara se é à CDU que se refere quando utiliza os adjectivos mencionados.

O Senhor Presidente da Câmara, informou que leu transcrições do despacho quer do Tribunal Administrativo de Leiria quer dos Serviços do Ministério Público de Almeirim. Voltou a ler as transcrições que dizem respeito à última campanha eleitoral e aconselhou o Vereador Mário Pereira a reler a intervenção da CDU, na sessão solene do 25 de Abril de 2004.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto número um** – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

**Ponto número dois** – Apreciação da Declaração do 4º Fórum Mundial da Água.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo referindo que a bancada do PS subscreve esta declaração, embora não concordem com algumas afirmações.

A bancada da CDU, pelo membro Celestino Brasileiro, subscreveu também a referida declaração, fazendo no entanto alusão a alguns pontos.

A bancada do PSD também subscreveu a declaração.

A declaração foi subscrita por unanimidade.

**Ponto número três** – Apreciação e votação da modificação ao orçamento – revisão número um para o ano de dois mil e seis.

O membro João Osório interveio dizendo que, uma vez que não obteve resposta às questões que colocou, não iria pronunciar-se sobre este ponto.

Intervenção do membro João de Brito, dizendo que colocou uma questão, mas a resposta que lhe deram quanto aos cachets dos artistas que participaram na Alpiagra não foi esclarecedora. Considerou a verba gasta com os espectáculos da Feira muito elevada, uma vez que estamos em contenção de despesas.

A bancada do PSD votou contra a referida modificação ao orçamento.

A modificação ao orçamento foi aprovada com voto de qualidade da Presidente da mesa.

A Presidente da mesa perguntou se queriam continuar com a sessão, porque se atingiu as 00 horas.

**Ponto número quatro** – Proposta de acordo de geminação entre a cidade de Champigny – Sur – Marne (República Francesa) e a vila de Alpiarça (República Portuguesa) – ratificação.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, congratulando-se com esta geminação. Disse no entanto, que este assunto deveria ter ido a uma Assembleia Municipal antes do facto estar consumado.

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara, dizendo que concordava inteiramente com o membro José Miguel Carvalho e esclarecendo que a situação foi-se arrastando, como é do conhecimento do Executivo. Havia uma proposta de deslocação à cidade de Champigny em Junho, uma vez que não foram lá, por uma questão de simpatia convidaram a delegação de Champigny a visitar Alpiarça em Setembro, por altura da Alpiagra. Eles aceitaram e propuseram que se assinasse o acordo de geminação. Como não houve entretanto nenhuma sessão da Assembleia, veio agora para ratificação.

Informou também que recebemos tanto do membro da Assembleia Municipal como do Presidente da Câmara de Champigny-Sur-Marne, agradecimentos pela calorosa recepção e pelos bons momentos que passaram em Alpiarça. Informaram-nos que saiu no magazine Municipal de Outubro, de Champigny, a visita a Alpiarça e que o acordo de geminação bem como as intervenções dos dois Presidentes estão já neste momento no site da cidade de Champigny-Sur-Marne.

Intervenção do membro João de Brito, congratulando-se com esta geminação, uma vez que na cidade de Champigny-Sur-Marne existem muitos Portugueses.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade.

**Ponto número cinco – Eleição dos seis cidadãos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança.**

Foram apresentados os seis nomes pela Presidente da mesa que os colocou à votação.

Aprovado por unanimidade.

**Ponto número seis – Apreciação e votação do empréstimo a longo prazo no montante de € 61.507,00, destinado aos seguintes investimentos: Iluminação e Arrelvamento do Estádio Municipal Dr. Raúl José das Neves.**

Intervenção do membro João Osório dizendo que a proposta que a bancada da CDU fez, aquando da apresentação no período antes da ordem do dia, sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, não obteve resposta. A bancada da CDU considera que não é possível à Câmara contrair este empréstimo, uma vez que a capacidade de endividamento já foi ultrapassada. A bancada da CDU propõe que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos.

Intervenção do membro João de Brito fazendo considerações sobre este empréstimo, dizendo que o referido relvado já está concluído e a ser usado há mais de um ano, informou que vai votar contra, pois parece-lhe que esta situação já estava contemplada no Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Intervenção do membro Paulo Espirito Santo informando que não tem dúvidas em relação a este ponto, pois existem organismos que verificam se as Câmaras podem ou não contrair empréstimos.

Intervenção da membro Inês Aguiar dizendo que a bancada da CDU fez uma proposta para que seja a DGAL a apreciar a capacidade de endividamento, para verificar se a Câmara pode ou não contrair este empréstimo.



Intervenção do Senhor Presidente da Câmara informando que desde o orçamento rectificativo de 2002, as Câmaras perderam a iniciativa de contrair empréstimos de per si, é um órgão superior, a DGAL que anualmente faz o rateio dos empréstimos, analisa se as Câmaras têm ou não capacidade de endividamento. Em caso favorável pergunta às Câmaras se querem ou não utilizar esse rateio. Foi o que aconteceu na primeira distribuição do rateio e aconteceu agora novamente, a DGAL disse: ainda têm direito a X, querem ou não utilizar?

Intervenção da membro Inês Aguiar mencionando que existem empréstimos que não entram para o cálculo do endividamento, é o caso dos empréstimos para habitação social. Perguntou se os prédios referidos na apresentação feita pela CDU são considerados ou não habitação social.

Intervenção do membro João Osório afirmando que a CDU tem dúvidas sobre a possibilidade da Câmara contrair este empréstimo.

O senhor Presidente da Câmara deu esclarecimentos aos membros da CDU, sobre este assunto, dizendo que a DGAL informou que podemos contrair o referido empréstimo e que o mesmo foi também aprovado pelo Tribunal de Contas.

Em resposta ao membro João de Brito, o Senhor Presidente da Câmara, informou que quando vêm os empréstimos, tem que se destinar a investimentos em concreto não suportados ainda por um outro financiamento. Como estas duas situações não estavam ainda cobertas por financiamento, e temos que indicar algo realizado ou não, tem é que estar obrigatoriamente em plano pois não podemos contrair empréstimos para investimentos que não estejam contemplados em plano.

Intervenção da membro Inês Aguiar, dizendo que não obteve resposta à questão da habitação social. Perguntou se os prédios mencionadas na apresentação da CDU são considerados ou não habitação social.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara dizendo que já respondeu diversas vezes a esta questão, mas voltou a repetir que existem organismos superiores que enquadram o funcionamento do poder local.

A membro Inês Aguiar ausentou-se da sala durante a votação deste ponto da ordem de trabalhos, referindo que não tinha sido respondida, pelo Senhor Presidente da Câmara, a questão que colocou.

Intervenção do membro João de Brito dizendo que concorda com o senhor Presidente da Câmara e que partilha da sua preocupação quanto à lei das Finanças Locais.

Referiu ainda que a bancada do PSD não gosta de ser interrompida quando está no uso da palavra, pois não tem o hábito de interromper os membros das outras bancadas.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo, dizendo que estava à espera que no período antes da ordem do dia se falasse na Lei das Finanças Locais. Disse que o período da ordem do dia há regras e se queremos ter uma conduta democrática temos que cumprir as regras.

Intervenção do membro João Osório em defesa da honra, pois disse que o senhor Presidente da Câmara lhe chamou mentiroso, mas o que disse é que a Câmara Municipal é informada pela DGAL da sua capacidade de endividamento, logo não admite que lhe chamem mentiroso.

A Presidente da mesa colocou este ponto à votação, foi aprovado por maioria com 8 votos a favor e 7 votos contra, estando ausente a membro Inês Aguiar da bancada da CDU.

O membro João Osório apresentou declaração de voto em nome da bancada da CDU.

A membro Inês Aguiar regressou à sessão.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Não houve inscrições para o período de intervenção do público.

Passou-se à leitura da minuta da acta. A minuta da acta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão, pelas 00h55m, da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**1º Secretário** \_\_\_\_\_

**2º Secretário** \_\_\_\_\_

